

VISITA TÉCNICA INSTITUCIONAL

OFICINAS DE TRABALHO COM VARAS E JUIZADOS

LOCAL: FÓRUM DE PARAGOMINAS

REGIÕES JUDICIÁRIAS: CAPANEMA E PARAGOMINAS

APRESENTAÇÃO DAS OFICINAS

Os juízes moderadores fizeram observações sobre os temas, fazendo referência a sua importância no Plano de gestão e da necessidade de debate para apresentar críticas e sugestões para o aprimoramento da prestação jurisdicional.

A estrutura das perguntas para todos os grupos estava composta das seguintes perguntas:

- ❖ Em sua experiência cotidiana, informe as principais realizações e/ou aspectos positivos no que se refere ao tema proposto?
- ❖ Aonde estão as principais falhas ou os principais obstáculos?
- ❖ Sugestões de melhorias

Após a apresentação, foi aberto espaço para que magistrados e servidores pudessem manifestar suas opiniões.

GRUPO 1 – IDOSO EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE

Juíza moderador: Dra. Ana Lúcia Bentes Lynch

Relator: Diego Pereira de Lima

Apoio técnico: Raquelita Athias e Kalyna Rocha

INTEGRANTES

- ❖ BRAGANÇA 1ª CÍV/EMP /JUIZADO CIV E CRIM– Juíza Titular Dra. Cíntia Walker Beltrão Gomes/DS Anselmo Romão Ribeiro de Oliveira e DS Thyciane Brasil Adam

- ❖ CAPITÃO POÇO - Juíza Titular Dra. Caroline Slongo Assad/DS Diego Pereira de Lima
- ❖ IPIXUNA DO PARÁ – Juiz Rafael do Vale Souza, respondendo pela Comarca/DS Gustavo de Oliveira Santos
- ❖ PARAGOMINAS – 1ª VARA CÍVEL – EMPRESARIAL - Juíza Titular Dra. Fernanda Azevedo Lucena/DS Tássia Muraro Aires
- ❖ PARAGOMINAS – 3ª VARA CÍVEL – EMPRESARIAL - Juiz Titular Dr. Rogério Tiburcio de Moraes Cavalcanti/DS Joevaldo Mota da Silva

ESTRUTURA DA APRESENTAÇÃO

Macrodesafio discutido:

Garantia dos Direitos da Cidadania

Iniciativa estratégica:

Priorização do Atendimento ao Idoso em Situação de Vulnerabilidade

Ação do Plano de Gestão 2017-2019:

Elaborar Estudos para Priorizar o Acesso à Justiça do Idoso em Situação de Vulnerabilidade

DEBATES

Em sua experiência cotidiana na Vara onde atua, quais os aspectos positivos que percebe no tratamento das questões que envolvem os direitos do Idoso?

- ❖ Identifica os processos com etiqueta para priorizar os processos dos idosos.
- ❖ Priorização nas ações de saúde.
- ❖ Aciona também o Município e o Estado para priorizar as ações de saúde.
- ❖ A intimação da Procuradoria Geral do Estado (PGE) é feita por carta precatória, acompanhada de cópia integral e é enviada em PDF pelo malote para a central de cartas precatórias de Belém e a citação é feita posteriormente após a comprovação de cumprimento da tutela antecipada com a remessa física dos autos.
- ❖ As Comarcas com Pje já estão com a identificação padronizada.

- ❖ Solicitação de laudos para interdição para o Hospital Regional de Paragominas (agilidade).
- ❖ A atuação da Defensoria Pública agiliza a instrução nos processos anexando os documentos necessários.

Aonde estão as principais falhas?

- ❖ PGE não atende depois das 16 e não há plantão nos finais de semana.
- ❖ Morosidade no atendimento das solicitações de elaboração de laudos pelo Instituto Renato Chaves para os procedimentos de interdição judicial.
- ❖ Não existe equipe multidisciplinar para atuar junto com o juiz na decisão pela escolha do curador para o idoso.
- ❖ Muitos problemas de acessibilidade nos Fóruns pelo idoso.
- ❖ Identificação insuficiente dos processos físicos.
- ❖ Ausência de atuação da OAB nas Comarcas do Interior.
- ❖ Ausência da divulgação do disque 100 e de mecanismos de proteção ao idoso.
- ❖ Ausência de uma rede de proteção ao idoso a exemplo do Conselho Tutelar de Infância e Juventude.

Sugestões de Melhorias

- ❖ Acesso à informação para denúncias. Dar divulgação ao disque 100.
- ❖ Realizar encontros para levar conhecimento aos idosos sobre seus direitos. Ir aos abrigos para fazer palestras.
- ❖ Criar modelos de prioridade. Estender a rede protetiva para o idoso.
- ❖ Agilizar o agendamento das audiências.
- ❖ Institucionalizar esforço concentrado voltado para o idoso (semanas, mutirões).
- ❖ Fomentar Conselho do Idoso.
- ❖ Aumentar o valor dos danos morais.
- ❖ Padronização dos processos do idoso
- ❖ Baixar uma Portaria para que os advogados peticionem os processos identificando-os como sendo de idosos, tanto os novos como os em andamento, separar os processos e marcar audiência.
- ❖ Reestruturação predial (acessibilidade, identificação nos prédios).
- ❖ Fomentar parcerias com as secretarias municipais e OAB para atendimento ao idoso em situação de vulnerabilidade.

- ❖ Realizar audiências públicas.
- ❖ Sugestão para que seja priorizado o caráter pedagógico das indenizações nas condenações aos bancos em situações de empréstimos fraudulentos envolvendo os idosos.
- ❖ Diálogos com o Ministério Público em ações de demandas repetitivas para a criação de TAC'S.
- ❖ Capacitação dos servidores para atendimento humanizado ao idoso.
- ❖ Inserir no LIBRA campo para identificação de prioridade especial dos processos dos idosos (maiores de 80 anos).
- ❖ Criar equipes multidisciplinares nos pólos para atuar com o juiz na comunicação dirigida ao Diretor do Fórum.
- ❖ Promover esforços concentrados para identificação de processos de idosos nas varas em parceria com o Ministério Público, OAB e Defensoria Pública e posterior priorização do andamento processual.

GRUPO 2 – SOLUÇÕES ALTERNATIVAS DE CONFLITO

Juíza Moderadora: Dra. Antonieta Maria Ferrari Mileo

Relator: Fábio da Luz Baia

Apoio técnico: Valéria Fontelles e Gleison Gomes

INTEGRANTES

- ❖ AURORA DO PARÁ – Juíza Helena De Oliveira Manfroi, respondendo pela Comarca/DS Alexandre Oliveira Santos
- ❖ BRAGANÇA - 2ª VARA CÍVEL EMPRESARIAL e JUIZADO CÍVEL E CRIMINAL – Juiz Titular Dr. Roberto Ribeiro Valois/DS Klayton Luiz Campelo Silva
- ❖ MÃE DO RIO - Juíza Titular Helena de Oliveira Manfroi
- ❖ PARAGOMINAS - 2ª VARA CÍVEL EMPRESARIAL – Juíza Titular Dra. Rachel Rocha Mesquita da Costa/DS José Felizardo Esmeraldo Neto
- ❖ PARAGOMINAS - VARA DE JUIZADO CÍVEL E CRIMINAL – Juiz Titular Dr. Wander Luis Bernardo/DS Fábio da Luz Baia
- ❖ ULIANÓPOLIS - Juiz Diogo Bonfim Fernandez, respondendo pela Comarca/DS Nilson Brito Trindade

ESTRUTURA DA APRESENTAÇÃO

Macrodesafio discutido:

Adoção de Soluções Alternativas de Conflito

Iniciativa estratégica:

Fortalecimento de Políticas e Ações para Resolução Negociada de Conflitos

Ações do Plano de Gestão 2017-2019:

- ❖ Fortalecer o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Resolução de Conflitos (Nupemec)
- ❖ Instalar Centros Judiciários de Soluções de Conflitos e Cidadania (Cejusc's)
- ❖ Fomentar a utilização do sistema de Mediação Digital do CNJ

DEBATES

Em sua experiência diária, informe as principais realizações e/ou aspectos positivos, no que se refere à adoção de soluções alternativas para resolução negociada de conflitos.

- ❖ Esforço permanente na realização de acordo nas audiências de conciliação, seguindo previsão do CPC.
- ❖ Depois do CPC, houve melhoria significativa no atendimento, com redução das audiências de instrução.
- ❖ Realização de mutirões (esforço concentrado), independentemente do calendário oficial, envolvendo processos aptos a serem resolvidos utilizando técnicas adequadas de solução de conflitos.
- ❖ Realização de trabalho conjunto com a Defensoria Pública para atendimento prévio para resolução de conflitos.

Aponte os principais obstáculos à adoção das referidas medidas.

- ❖ Estrutura de funcionamento do Cejusc Paragominas.
- ❖ Falta de orientação sobre metodologia para firmar projetos de parceria (OAB, Defensoria, Prefeituras, CRA's, Faculdades, entre outros).
- ❖ Falta de Treinamento e capacitação de servidores, mediadores e conciliadores voluntários.
- ❖ Quadro insuficiente de servidores, mediadores e conciliadores voluntários no Cejusc Paragominas e demais comarcas.

Sugestões de Melhorias

- ❖ Criação e instalação de Cejusc em Bragança.
- ❖ Treinamento de servidores (com formação de multiplicadores) em técnicas de mediação e conciliação.
- ❖ Dotar quadro mínimo de servidores nas varas e Cejusc's.
- ❖ Fomentar a cultura de pacificação social junto a OAB, MP, DP e demais agentes envolvidos no sistema de justiça.
- ❖ Utilização de plataformas de mediação digital, tais como o consumidor.gov
- ❖ Difusão da cultura da paz e do diálogo (conciliação e mediação) junto aos jurisdicionados

- ❖ Disponibilização de vídeos sobre meios adequados de solução de conflitos (no site e comarcas).
- ❖ Melhoria nos métodos de comunicação entre Nupemec e Comarcas.
- ❖ Padronizar o horário de funcionamento dos Cejusc's.

GRUPO 3 – Política de Segurança do Poder Judiciário

Juiz Moderador: Dr. Caio Marco Berardo

Relator: Dr. Antônio Francisco Gil Barbosa

Apoio técnico: Nilce Ramoa e Fábio Djan

INTEGRANTES

- ❖ BRAGANÇA - 1ª VARA CRIMINAL – Juíza Titular Dra. Danielly Modesto de Lima Abreu/DS Kelly Batista da Silva
- ❖ GARRAFÃO DO NORTE – Juiz Titular Dr. Cornélio José Holanda
- ❖ PARAGOMINAS - VARA CRIMINAL – Juiz Dr. José Jocelino Rocha, respondendo pela Comarca/DS Shirley Andrey Lima da Silva
- ❖ AUGUSTO CORREA - Juiz Titular Dr. Antônio Francisco Gil Barbosa / DS Brenda Neves de Sousa Figueira
- ❖ DOM ELISEU - Juiz Titular Dr. Thiago Cendes Escórcio/DS Jonas Pinheiro de Souza
- ❖ VISEU – DS Otávio de Jesus Santos

ESTRUTURA DA APRESENTAÇÃO

Macrodesafio discutido:

Instituição da Governança Judiciária

Iniciativa estratégica:

Modernização da Infraestrutura do Poder Judiciário

Ações do Plano de Gestão 2017-2019:

Implantar projeto piloto de unidade judiciária sustentável

Elaborar planos de ação para modernização das unidades judiciárias

Aprimorar a manutenção dos edifícios do Poder Judiciário

DEBATES

O atual modelo das instalações físicas (prédios) do Poder Judiciário atende as necessidades da prestação jurisdicional?

- ❖ Há prédios que atendem, mas precisam ser otimizados.
- ❖ Prédios que não são adequados a demanda processual (comarcas grande demais e outras pequenas demais).
- ❖ Os prédios não possuem segurança e acessibilidade.
- ❖ Priorização na adaptação da estrutura predial e links de comunicação para realização de videoconferência com as casas penais, nas Comarcas Pólo.

Aonde estão as principais falhas?

- ❖ Armazenamento dos bens apreendidos, principalmente armas.
- ❖ Padronização dos equipamentos de informática.
- ❖ Ausência de padronização de distribuição de equipamentos.
- ❖ Necessidade de adaptação do layout das salas, de acordo com demanda processual.
- ❖ Má utilização de salas, móveis no Fórum.
- ❖ Frequentes quedas de energia e internet que dificultam a prestação jurisdicional.
- ❖ Necessidade de adaptação das salas existentes para a realidade de cada comarca.
- ❖ Necessidade de melhoria na segurança e acessibilidade nos Fóruns.

Sugestões de melhorias

- ❖ Padronização de 3 modelos de comarcas (pequena, média e grande). Flexibilização do padrão das comarcas.
- ❖ Não envio de armas para os fóruns, mas apenas laudos. Envio direito da PC para o exército.
- ❖ Uso do inventário anual para identificação do que deve ser substituídos (móveis e equipamento de informática).
- ❖ Visitas periódicas da engenharia e informática.
- ❖ Otimização de pontos lógicos nas comarcas.

- ❖ Políticas de incentivo a doação de bens inservíveis para otimização de espaços.
- ❖ Melhoria no diálogo entre as Comarcas e a Administração Superior visando expor com maiores detalhes as necessidades locais.
- ❖ Política de descarte de documentos.
- ❖ Adoção de ilhas de trabalho nas secretarias.